

JORNAL/CADERNO: gazeta mercantil - Editorial
DATA: 01/02/91

PÁGINA: 5

Progressivamente as políticas agrícolas perderam eficiência

Evaristo E. de Miranda*

No ano passado, o leite em pó foi usado para marcar os campos de futebol na região de Puno, no Peru, em vez de cal. Esse aparente absurdo tinha sua lógica econômica: era mais barato. Isso devido às interferências do governo nas políticas agrícola e de câmbio, aliadas à oferta de leite em pó a preço preferencial e altamente subsidiado pela Comunidade Econômica Européia. Não sei se era bom para os jogadores, mas era péssimo para os produtores de leite do Peru.



Também na África, anos atrás, os responsáveis por um programa de incentivo à utilização de adubos — totalmente subvencionados pelo governo — notaram que uma comunidade consumia grandes quantidades do produto, recusado pela maioria dos agricultores. Uma visita esclareceu o mistério. No fundo do vilarejo havia uma montanha de adubo. Segundo o chefe local, os sacos de plástico em que vinha o adubo eram de grande utilidade. Seria ainda melhor se não viessem cheios daquele pó branco. Isso é o que chamam racionalidade econômica pura.

E no Brasil? Hoje abri-

mos nossas portas para produtos severamente protegidos e subsidiados da Europa, como mostrou o recente fracasso da última reunião do GATT.

Nos últimos anos, as políticas agrícolas perderam progressivamente eficiência e seus poucos mecanismos de apoio aos produtores — crédito escasso e atrasado, fomento deficiente, abandono das estradas e ferrovias, redução dos recursos para a pesquisa e extensão rural.

A atual quebra de safra deveria levar a Nação a refletir sobre a necessidade de um apoio decisivo e eficiente ao setor agrícola, como ocorre nos EUA, Europa, Austrália, etc. Afinal o País quer ou não quer ter uma agricultura?

Se continuarmos assim, o esforço de modernização por parte de nossos agricultores, imenso nos últimos vinte anos, poderá cair por terra, estéril. A agricultura brasileira, além de crescer na exportação, na produção de alimentos, de energia e de matéria-prima, em taxas bem superiores às do crescimento demográfico e de renda, tem sido a grande financiadora de nossa economia urbana. Historicamente, os chamados incentivos ao setor agrícola têm beneficiado diretamente a indústria e os consumidores urbanos, raramente os agricultores.

Ainda não lhes bastassem os problemas externos e setoriais, eles têm que se

defrontar com oligopólios e cartórios absurdos. No Peru, a 4 mil metros de altitude, a lã de alpaca está sendo comprada a 1 dólar por quilo aos agricultores, para ser exportada beneficiada por 30 dólares o quilo. No Ceará, à beira-mar, a castanha de caju é comprada a menos de meio dólar o quilo ao produtor e exportada beneficiada por mais de 5 dólares o quilo. Existem normas que inclusive impediram os agricultores de exportar diretamente sua produção de castanhas "in natura".

Tanto nos Andes como na caatinga, os oligopólios são do mesmo tipo. O que não é bom para os agricultores, é bom para a indústria e pa-

ra aumentar as divisas do País. A busca de preços justos para o produtor passou a ser um delito para muitos. Todos lembram as repetidas crises provocadas pelo preço do leite. O sentimento crescente no campo é o de abandono e absoluta orfandade. A Nação não reconhece um setor a quem muito deve do atual progresso do País. Se continuar assim, o risco é que em um futuro próximo todos, agricultores e consumidores, só tenhamos direito a sacos plásticos, vazios.

* Doutor em Ecologia, professor da USP e chefe do Núcleo de Monitoramento Ambiental da Embrapa.